



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16290 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

O CAED/UFJF E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA QUAL PROJETO?

Jonas da Silva Rodrigues - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Ana Lucia Felix dos Santos - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe)

O CAED/UFJF E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA QUAL PROJETO?^[1]

1 INTRODUÇÃO

A educação básica no Brasil enfrenta constantes desafios relacionados à garantia de uma qualidade social. No âmbito das políticas educacionais, o termo qualidade é considerado complexo e polissêmico por possuir múltiplas interpretações e implicações; um conceito que, apesar de soar como positivo e consensual, denota e oculta contradições e divergências em torno de suas diferentes acepções. Sendo assim, é capaz de condensar preocupações comuns e, na mesma medida, ocultar diferentes possibilidades organizacionais da escola enquanto projeto social em disputa (Esteban, 2008; Sá, 2022).

Nas últimas décadas do século XX, o discurso da qualidade na educação tem sido apropriado por diversas agendas. Algumas delas têm um caráter mais mercantil, focando na eficiência, competitividade e meritocracia. Outras agendas

colocam ênfase na “qualidade democrática” da escola e na sua dimensão “ético-política”, reconhecendo sua natureza histórica e socialmente referenciada. Além disso, há críticas que denunciam os apelos à qualidade como “ideologias de conveniência” que apenas confortam superficialmente (Sá, 2022).

Desse modo, toda essa disputa reflete diferentes visões e perspectivas sobre o papel do Estado, do compromisso que a educação assume na sociedade, e dos caminhos para se alcançar uma educação de qualidade social, que seja transformadora e justa.

Nesse contexto dos projetos em disputa em torno da qualidade educacional no país, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – CAEd/UFJF – emerge como um ator significativo na formulação e implementação de políticas educacionais que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira. Dessa forma, o objetivo do presente texto é analisar a atuação do CAEd no desenvolvimento de políticas educacionais para a educação básica brasileira, examinando a qual projeto ele está vinculado.

A análise foi conduzida através de revisão de literatura e análise de documentos sobre a atuação do CAEd na educação básica brasileira. Documentos em política educacional referem-se a materiais elaborados por técnicos do aparelho de Estado, organizações multilaterais, intelectuais acadêmicos e outros intelectuais orgânicos, que podem ou não estar formalmente vinculados a essas entidades (Evangelista, 2012). Esses documentos incluem, mas não se limitam a leis, diretrizes, relatórios, convênios e pareceres que influenciam e orientam a formulação e implementação de políticas educacionais. Esses documentos vão além de meras diretrizes para a educação; eles articulam interesses diversos e projetam políticas específicas, servindo como instrumentos de intervenção social. Dessa forma, o estudo busca contribuir com os debates acadêmicos e sociais em torno da qualidade educacional brasileira e problematizar os sujeitos e projetos em disputa em torno da gestão da educação pública e da formulação das políticas educacionais.

2 O CAED/UFJF E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA QUAL PROJETO?

O Programa de Apoio à Avaliação Educacional (PROAV) originou o CAEd/UFJF, no final da década de 1990. Desenvolvido através de uma parceria entre a Capes e o Inep, este Programa foi estabelecido pelo lançamento de um edital conjunto – Edital n.º 01/97. O objetivo era criar e consolidar centros especializados em avaliação educacional no Brasil, abrangendo diversos níveis

educacionais, além de formar recursos humanos para conduzir estudos e pesquisas que abordassem problemas e questões relacionadas à avaliação das ações educativas (Brasil, 1997). Desse modo, desde a sua fundação o CAEd se dedicou à formação de intelectuais orgânicos, visando consolidar a avaliação externa em cenário nacional.

O CAEd é uma entidade jurídica de direito privado, organizada como fundação sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria (CAEd, 2019). Ele pode atuar tanto em âmbito nacional quanto internacional e possui autonomia financeira e administrativa, conforme seu Estatuto. Sua missão é apoiar e promover a pesquisa científica e tecnológica nas áreas de gestão e avaliação educacional, além de fomentar o desenvolvimento profissional e institucional em gestão, planejamento, políticas públicas e avaliação da educação (*Idem.*). No entanto, o CAEd funciona vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A vinculação do CAEd, enquanto entidade jurídica de direito privado à uma universidade pública, como a UFJF, traz consigo uma série de implicações que influenciam sua atuação, credibilidade e impacto na educação brasileira.

A parceria do CAEd com a UFJF pode implicar: em uma dualidade na autonomia^[2] do CAEd, ou seja, embora tenha relativa autonomia administrativa e financeira, a vinculação pode gerar maior influência e controles adicionais; em um maior acesso a recursos públicos como infraestrutura e parcerias institucionais, o que uma entidade privada sem essa vinculação dificilmente teria; em mais credibilidade ou legitimidade para o estabelecimento de parcerias nacionais e/ou internacionais, facilitando financiamentos e parcerias estratégicas e; em uma maior influência na formulação e implementação de políticas públicas, pois a UFJF enquanto instituição pública, preocupada com a educação e suas políticas, potencializa o CAEd quanto ao seu alcance, efetividade e influência nas políticas educacionais do país. Tais implicações precisam ser problematizadas, sobretudo, quanto à garantia de uma educação pública de qualidade social.

Segundo Garcia e Silva (2023), o CAEd desempenha um papel fundamental na definição e implementação das políticas de avaliação externa no país. Além disso, desenvolve outras iniciativas alinhadas ao gerencialismo e à gestão por resultados, que impulsionam e integram os processos de privatização da educação e a disseminação do gerencialismo na educação básica pública no Brasil. Concordamos com as autoras e compreendemos que essa atuação pode levar à imposição de modelos de gestão gerencial, resultando na padronização de currículos e na ênfase em resultados, e à mercantilização da educação, podendo criar uma dependência das escolas públicas em relação a entidades privadas, comprometendo, assim, sua autonomia.

Para cumprir sua missão, conforme estabelecido em seu Estatuto, o CAEd

busca promover os seguintes objetivos: i) desenvolver estudos nas áreas de conhecimento pertinentes, criando e apoiando grupos de pesquisa; ii) subsidiar e promover ações, projetos, eventos e atividades de Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão relacionados à avaliação e tecnologias educacionais; iii) apoiar o desenvolvimento profissional das equipes de gestão e avaliação da educação, através de programas de aperfeiçoamento, formação e pós-graduação; iv) facilitar a cooperação entre instituições de ensino, pesquisa e gestão da educação pública por meio de congressos, seminários e oficinas; v) desenvolver e apoiar programas de avaliação de sistemas educacionais e certificação de profissionais da educação; vi) melhorar a gestão da educação pública, monitorando e avaliando programas e políticas em parceria com entes federados e instituições parceiras; vii) administrar e desenvolver sistemas de gestão da informação das instituições educacionais; viii) promover a comunicação entre instituições e profissionais da educação pública e; ix) difundir conhecimento nas áreas de atuação do CAEd através de publicações de livros, revistas e boletins (CAEd, 2019, Art. 8º).

Com relação ao campo da produção e difusão de conteúdo científico e tecnológico em educação, indicamos a produção de materiais educativos para as secretarias de educação estaduais e municipais, denominados pelo CAEd de “Coleção de divulgação e apropriação de resultados”, além do desenvolvimento de sistemas de administração, a exemplo das plataformas educacionais para gestão de informações dessas secretarias, como o SisLAME.

De acordo com o CAEd, os conteúdos das Coleções “auxiliam na interpretação e na análise dos resultados da avaliação, possibilitando que os profissionais da rede e da escola possam discutir e refletir a respeito do planejamento pedagógico e de gestão” (CAEd, 2024a, *online*), com o objetivo de desenvolver iniciativas focadas nas dificuldades de aprendizagem dos estudantes avaliados. Em Pernambuco, um exemplo onde são utilizadas, as Coleções incluem: Revista da Rede (com informações e resultados da rede de ensino); Revista da escola – gestão escolar (com direcionamentos sobre apropriação de resultados para os gestores escolares); Revista da Escola – Alfabetização, Língua Portuguesa e Matemática (com orientações e resultados da escola nos indicadores educacionais direcionados aos professores).

O CAEd também promove seminários, *workshops* e oficinas de apropriação de resultados junto as secretarias de educação as quais mantém convênio. Essas oficinas objetivam preparar os profissionais da educação para a leitura e interpretação dos resultados obtidos nos Sistemas e índices de avaliação, tendo como foco a melhoria dos resultados obtidos por alunos e escolas. As oficinas de apropriação de resultados promovidas pelo CAEd seguem, em geral, a mesma estrutura nos diversos estados e municípios onde são ministradas, variando apenas quanto à sua abrangência, que pode incluir apenas gestores e equipes técnicas

das secretarias de educação ou também docentes da educação básica (Garcia; Silva, 2023). Nessas oficinas, os gestores são frequentemente vistos como multiplicadores da formação recebida, atuando como disseminadores em suas redes de ensino. Para apoiar esse papel, o curso oferece um roteiro orientador prescritivo que os gestores utilizam no trabalho com as escolas (Garcia; Silva, 2023).

O CAEd atua, também, na implementação do SisLAME, um sistema automatizado de gestão educacional, que tem como “objetivo de modernizar a gestão da rede e de suas escolas, permitindo maior eficácia dos processos administrativos e seu monitoramento em tempo real” (CAEd, 2024b, *online*), por meio de relatórios personalizados, controle interno de pendências, acesso *online* de pais e responsáveis, compartilhamento dos dados do EducaCenso, dentre outros. Esse processo de gestão da informação e monitoramento, envolve mecanismos de controle e vigilância, pois, ao monitorar e avaliar programas e políticas educacionais, firmadas em parceria com entes federados, o CAEd garante que as práticas educacionais estejam alinhadas com padrões de eficiência administrativa e competitividade pelos quais as políticas estão orientadas. Esse controle, além de restringir a autonomia das instituições educacionais e dos educadores, põe no centro da discussão o que chamamos de “plataformização da educação”.

Segundo Barbosa e Alves (2023), a “plataformização da educação” refere-se à crescente inserção de plataformas digitais nas atividades escolares e acadêmicas, alinhada à lógica do capitalismo de vigilância. Essas plataformas capturam dados de professores e estudantes, frequentemente oferecidas gratuitamente por grandes empresas de tecnologia, que utilizam os dados como excedentes lucrativos. Esse movimento molda comportamentos e expectativas sociais e educativas, promovido pelo discurso de inovação tecnológica, e está associado a ações pragmáticas e utilitárias que atribuem à tecnologia a melhoria dos processos educacionais. No entanto, a adoção irrefletida desses instrumentos digitais leva ao controle e padronização do ensino, enfraquecimento da autonomia educacional, e preocupações com privacidade e uso ético dos dados coletados, além de potencialmente mercantilizar a educação ao priorizar eficiência e resultados mensuráveis. Entendemos que é nessa direção que caminham as propostas do CAEd para a educação pública brasileira através desse tipo de tecnologia educacional.

Quanto a atuação do campo do desenvolvimento profissional e formação de profissionais da educação, o CAEd propõe o Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública, que forma profissionais da educação para atuar nas secretarias de educação de estados e municípios brasileiros. De acordo com o CAEd, o Mestrado foi desenvolvido para profissionais registrados nos sistemas públicos de educação básica, selecionados com base em critérios de mérito. A iniciativa visa

promover um efeito multiplicador em nível regional, alinhando-se com as políticas locais de formação e certificação de gestores da educação pública.

Esse tipo de iniciativa pode ser interpretado como um esforço para criar um corpo de especialistas alinhados com as exigências de eficiência e competitividade, típicas do neoliberalismo e reforçar processos de “reconversão docente”, que envolvem mudanças na formação inicial e continuada de professores e na sua atuação e na organização e gestão das escolas (Shiroma; Evangelista, 2008). De acordo com Garcia e Silva (2023), é crescente no país a atuação de empresas, institutos e fundações privadas na implantação dos processos de reconversão docente. O CAEd é um exemplo disso, devido a sua hegemonia nos sistemas estaduais e municipais de educação e a sua atuação junto ao MEC, oferecendo "pacotes educacionais" que combinam cursos de formação inicial e continuada para professores e outros profissionais da educação com plataformas digitais de gestão escolar e sistemas de avaliação externa de estudantes. Esses pacotes, orientados pela gestão por resultados, integram a formação profissional com a lógica de eficiência e competitividade, como vimos discutindo.

A atuação do CAEd no campo da avaliação externa na educação básica brasileira compreende a formulação e implementação de Sistemas de Avaliação estaduais e municipais e de indicadores, a exemplo dos indicadores de desempenho educacional. Segundo Melo (2022), em 2022, o CAEd era responsável pela gestão de 17 Sistemas de Avaliação estaduais no país, o que representa aproximadamente 63% do total, considerando os 26 estados mais o Distrito Federal, evidenciando, assim, sua hegemonia no campo da avaliação externa no Brasil. Essa posição dominante confere ao CAEd uma influência significativa sobre as políticas educacionais e práticas de avaliação adotadas em diversas regiões do país, destacando seu papel central na configuração do cenário educacional nacional.

O CAEd, com sua missão de apoiar e promover a pesquisa científica e tecnológica nas áreas de gestão e avaliação educacional, está vinculado a um projeto que pode ser enxergado dentro do contexto do modelo neoliberal, por reforçar interesses mercadológicos para o setor educacional. A atuação do CAEd, especialmente no que se refere à avaliação e certificação, pode ser criticada por reforçar essa lógica. Embora as iniciativas do CAEd visem a melhoria da qualidade da educação, elas podem inadvertidamente promover valores de eficiência e competitividade, características centrais do modelo neoliberal, marginalizando, assim, outras dimensões importantes para o desenvolvimento de uma educação de qualidade social, como a formação cidadã.

Essa abordagem pode ser problemática ao não considerar plenamente as dimensões ético-políticas, históricas e sociais da educação, que são essenciais

para uma educação de qualidade social. Para construir uma escola pública de qualidade para todos, é essencial reconhecer a pluralidade de excelências e manter uma vigilância crítica sobre os possíveis "efeitos colaterais" que certas versões hegemônicas da qualidade podem induzir (Sá, 2022), como a que vem sendo difundida pelo CAEd. Isso implica que uma escola de qualidade deve ser democratizada não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a crítica ao modelo neoliberal na educação ressalta a necessidade de considerar dimensões ético-políticas, históricas e sociais na definição da qualidade educacional. A abordagem do CAEd, com sua forte ênfase na avaliação quantitativa e na eficiência, pode negligenciar essas dimensões essenciais, resultando em uma visão limitada da qualidade educacional. A qualidade da educação não pode ser reduzida a métricas de desempenho, devendo incluir dimensões qualitativas para o completo desenvolvimento dos estudantes. A atuação do CAEd, embora vise a melhoria da qualidade educação no Brasil, está fortemente alinhada com um projeto de educação marcado por influência neoliberal, alimentado por valores mercadológicos como a eficiência, a competitividade e o controle. Essa vinculação, ao privilegiar resultados mensuráveis e a padronização, pode comprometer a qualidade social da educação. É crucial, portanto, que políticas educacionais considerem de forma equilibrada as diversas dimensões da qualidade, promovendo uma educação condizente a um projeto de sociedade e de escola que seja democrático, igualitário e justo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. P.; ALVES, N. A reforma do ensino médio e a plataforma da educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023.

Brasil. Ministério da Educação. *INFOCAPES - Boletim Informativo da CAPES*, Vol. 5, n.º 4, Brasília, 1997. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/1997INFOCAPESn41997.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. *Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – Coleções*. 2024. Disponível em: <https://avaliacaoemontoramentopernambuco.caeddigital.net/#!/colecoes>. Acesso em: 04 jul. 2024.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. *Quem pode aderir ao SisLAME?*. 2024. Disponível em: <https://sislamecaed.caedufjf.net/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. *Estatuto*. 2019. Disponível em: https://www2.ufjf.br/convenio/wp-content/uploads/sites/70/2022/03/07._ESTATUTO_FUNDACAO_CAEd.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

ESTEBAN, M. T. Silenciar a polissemia e invisibilizar os sujeitos: indagações ao discurso sobre a qualidade da educação. *Revista Portuguesa de Educação*, 2008, 21(1), p. 5-31.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. 1ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

GARCIA, L. T. S; SILVA, A. F. Neotecnicismo e reconversão docente: a atuação do centro de políticas públicas e avaliação da educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF). *Revista Paradigma*, 44 (5), 463-490, 2023.

MELO, D. V. *Sistemas estaduais de avaliação da educação: sentidos e significados d a accountability educacional*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, 2022, 243p.

SÁ, V. Qualidade em Educação: variações em torno de um tema maior. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.30, n.116, p. 567-578, jul./set. 2022.

SHIROMA, E. O; EVANGELISTA, O. Redes para reconversão docente. In: A. F. Fiuza & G. H. Conceição (Orgs.). *Política, educação e cultura*. Cascavel: Edunioeste, 2008.

[1] O texto apresenta discussões preliminares de uma tese de doutorado em andamento, que analisa a atuação do CAEd/UFJF na educação dos estados de Pernambuco e Paraíba a fim de compreender como essa atuação contribui para a privatização da educação básica nos estados em questão. A pesquisa conta com financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe).

[2] Em 2019, o CAEd/UFJF criou a sua própria fundação, a Fundação Centro de Políticas Públicas e

Avaliação da Educação – Fundação CAEd. Isso implica maior autonomia financeira e administrativa para o Centro.